



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

versão novembro/2025



TERMO DE REFERÊNCIA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação/Aquisição da ferramenta Zênite Fácil e de 8 (oito) orientações por escrito sobre licitações e contratações públicas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Detalhamento dos bens e serviços que compõem a solução:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Assinatura da ferramenta Zênite Fácil e aquisição de oito orientações por escrito, para o período de 04/11/2026 a 03/11/2027. Empresa contratada: Zênite Informação e Consultoria S.A.		1

1.3 Os itens do objeto devem ser agrupados em grupo?

() Sim - Justificativa para o não parcelamento do objeto:

(x) Não

2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL¹

A demanda está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA?

() Sim: ID da Demanda nº _____² (x) Não

¹ O Plano de Contratações Anual é regulamentado pela Portaria GP.TRT4 nº 1.633/2025, que estabelece quais tipos de contratação devem, obrigatoriamente, estar previstas no plano.

² De acordo com o Artigo 13 da Portaria GP.TRT4 nº 1.633/2025, as demandas encaminhadas para contratação podem ter uma variação de até 20% em relação ao valor estimado no Plano de Contratações Anual (PCA). Variações negativas acima deste limite devem ser justificadas, enquanto variações positivas acima desse limite precisam de justificativa detalhada e prévio encaminhamento ao Subcomitê de Contratações para deliberação, conforme os procedimentos previstos na Seção V do Capítulo II da mencionada Portaria (alterações realizadas por meio do formulário contido no Anexo Único da Portaria, que deverá ser enviado à Secretaria de Administração).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

3 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO³

3.1. A fundamentação da presente contratação consta no Documento de Formalização da Demanda.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Contratação que engloba consultoria técnica para elaboração de pareceres jurídicos na área de licitações e contratos (limitado a 8 orientações), e acesso ao Portal Zênite Fácil, que compila pareceres elaborados pela própria Zênite, demais artigos doutrinários, leis secas e anotadas, jurisprudências do TCU e do Poder Judiciário, manuais e modelos.

4.2. O acesso ao Portal Zênite Fácil ficará disponível durante todo o período de vigência da contratação, enquanto os pareceres solicitados por este Tribunal serão elaborados dentro do prazo previamente estipulado pela própria Zênite, de 72h úteis.

5 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Nota: A Resolução CNJ nº 400/2021 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem adotar processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável (artigo 2º). Logo, a inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações não se refere apenas à inserção de especificações no objeto que tratem de questões ambientais, mas sim como um conceito mais amplo, que abrange aspectos econômicos, sociais e culturais.

Para conhecer os principais critérios de sustentabilidade nas contratações mais comuns do TRT4, bem como as práticas de sustentabilidade que podem ser observadas no processo da contratação, consulte o [Guia de Contratações Sustentáveis do TRT da 4ª Região](#).

A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis do Guia de Contratações?

(x) Não

() Sim - Discrimine a seguir:

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazos e Condições:

O acesso à ferramenta Zênite Fácil será disponibilizado no período de 04/11/2026 a 03/11/2027. As orientações por escrito deverão ser solicitadas no portal da empresa, e podem ser requeridas a qualquer tempo, observado o período de vigência da contratação, 04/11/2026 a 03/11/2027, e a quantidade de pareceres contratados.

³ A justificativa deve conter os fatos e fundamentos que especifiquem a necessidade de uso/utilização do bem/serviço, bem como os benefícios a serem alcançados, considerando o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

DADOS DO SERVIDOR PARA COMBINAR A EXECUÇÃO/ENTREGA	
Nome	Juliana Peracini da Costa
Telefone	(51) 3255-2590
E-mail	dg.assessoriajuridica@trt4.jus.br

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será realizado de forma antecipada, atendendo à prática de mercado do segmento. Em observância à rotina interna deste TRT4, constará, da respectiva Nota de Empenho, a obrigação de devolução dos valores na hipótese de inexecução dos serviços contratados.
- 8.2. A contratada deverá efetuar cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.
- 8.3. Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

9 VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O valor total da contratação é de R\$ 20.774,00.
- 9.2. O detalhamento da pesquisa de preços realizada consta no Mapa Comparativo de Preços, anexo I.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- () Programa de Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho;
- () Outra:

11 FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 11.1. A contratação será realizada mediante inexigibilidade de licitação.

12 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

() Produtor, empresa ou representante comercial exclusivos	
Inciso I do Art. 74 da Lei 14.133/2021	
Deverá prever um dos seguintes documentos para demonstrar a inviabilidade de competição:	
() atestado ou contrato de exclusividade;	Fls.



**PODER JUDICIÁRIO****JUSTIÇA DO TRABALHO****TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

() declaração do fabricante;	Fls.
() qualquer outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.	Fls.

() Contratação de Artista	
Inciso II do Art. 74 da Lei 14.133/2021	
Devem ser observados os seguintes requisitos:	Justificativa / Fls.
I - consagração do artista pela crítica especializada ou opinião pública;	
II - contratação diretamente ou através de empresário exclusivo;	
III - consonância do evento com as finalidades institucionais e com o interesse público;	

(x) Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização	
Inciso III do Art. 74 da Lei 14.133/2021	
Devem ser observados os seguintes requisitos:	
I - justificativa robusta que ratifique a notória especialização. * Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.	Para atender a necessidade de atualização legislativa, doutrinária e jurisprudencial dos servidores lotados na Assessoria Jurídica da Diretoria-geral, na Secretaria de Administração e na Coordenadoria de Licitações e Contratos. O Portal Zênite Fácil é uma ferramenta de pesquisa que se destaca pela excelência dos materiais doutrinários ali disponibilizados e pela compilação de jurisprudência referente a todos os Tribunais do Poder Judiciário e às Cortes de Contas do país, com uma interface de busca simples e prática. Ressalta-se, também, a excelência das orientações por escrito, consistentes em pareceres jurídicos muito bem fundamentados na doutrina e na jurisprudência e que geralmente são solicitados por esta DG para responder questões críticas, que precisam ser resolvidas em curto período e em conformidade com os entendimentos do TCU. Ademais disso, sabe-se que as orientações são elaboradas com base em rigorosos critérios técnicos, além de discutidas e revisadas por três pareceristas da Zênite. Convém destacar, ainda, que, conforme registrado no Proad nº 3428/2021, este TRT4 mantinha, até 11/08/2022, a contratação da ferramenta Sollicita, fornecida pela Editora Negócios Públicos do Brasil Ltda., que oferecia, além de um portal para pesquisas doutrinárias, legislativas e jurisprudenciais, dez orientações jurídicas por escrito. O custo da última contratação, que vigeu por doze meses, foi de R\$ 6.658,00. Entretanto, considerando que os pareceres





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

	elaborados pela Consultoria Zênite, conforme avaliação da equipe desta AJDG, possuem fundamentos jurídicos mais robustos e são subsidiados em farto arcabouço jurisprudencial e doutrinário, optou-se por não renovar a contratação mantida com a Editora Negócios Públicos, motivo pelo qual passaram a ser contratadas, a partir de 2022, mais duas orientações por escrito com a Consultoria Zênite, passando de seis para oito, número este que será mantido. Em 2021, as contratações das ferramentas Zênite e Sollicita totalizaram, somadas, R\$ 18.535,40. Neste ano, em que será contratada apenas a ferramenta Zênite, o custo será de: R\$ 20.774,00.
II - documentos que comprovem a notória especialização, quando cabível. *Exemplos: currículos, publicações, atestados de capacidade técnica, etc.	Fls.

() Contratações por meio de credenciamento

Inciso IV do Art. 74 da Lei 14.133/2021

Pode ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:	Justificativa
() I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;	
() II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;	
() III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.	

() Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha

Inciso V do Art. 74 da Lei 14.133/2021

Devem ser observados os seguintes requisitos:	Justificativa / Fls.
I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;	
II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;	
III - justificativas que demonstrem a singularidade do	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

*A justificativa deverá conter uma ampla análise de mercado que demonstre que o imóvel é o que melhor atende às necessidades do órgão.

() Outros casos não previstos nos incisos I a V do Art. 74 da Lei 14.133/2021

*** Exemplo: serviços públicos prestados em regime de monopólio (energia elétrica, água, esgoto, etc)**

Justificativa:

13 SANÇÕES APLICÁVEIS⁴

13.1. As sanções relativas a advertências, atrasos na entrega, inexecução total ou parcial e impedimentos obedecerão ao disposto na Lei 14.133/2021 e na Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022.

RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Juliana Peracini da Costa

Assessora-Chefe da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral

⁴ Cabe à unidade requisitante avaliar a necessidade de prever sanções específicas para a execução do objeto e incluir as cláusulas pertinentes no Termo de Referência.

